

Processo: RO - 00956.2004.005.23.00-0

Órgão julgador: **Tribunal Pleno** Julgado em: 09/05/06 Publicado em: **19/06/2006**

I. SUSPEIÇÃO DE JUIZ. ARGÜIÇÃO SERÔDIA EM SEDE DE PRELIMINAR. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO. PRECLUSÃO. No Direito Processual do Trabalho, as hipóteses de suspeição do Juiz (art. 801da CLT) devem ser argüidas por meio de exceção fundamentada. Sem a observância das diretrizes previstas no caput e § 1º do art. 799 da CLT c/c o parágrafo único do art. 801 do mesmo Códex, a argüição serôdia de suspeição deve ser inteiramente rechaçada, mormente quando o Recusante 'houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz' para instruir a causa, hipótese em que 'não mais poderá alegar a exceção de suspeição', em absoluto respeito ao instituto da preclusão. II. **AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA COIBIR ATUAÇÃO ILEGAL DE JUÍZO ARBITRAL. RESSARCIMENTO DE DANOS MORAIS COLETIVOS.** O art. 1º da Lei nº. 9.307/96 limita o campo de utilização da arbitragem aos casos específicos de litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Nesta sistemática, é defeso ao Juízo Arbitral extrapolar os limites legais de sua competência para simular a ocorrência de litígios e atuar, na realidade, como órgão homologador de rescisões contratuais alusivas a direitos trabalhistas individuais indisponíveis. Essa conduta, além de ser contrária às disposições inseridas na Lei nº 9.307/96, também ofende o art. 114, § 1º, da CR/88 e ao art. 477, §§ 1º e 3º da CLT, porquanto o juízo arbitral não pode usurpar atribuição que, por lei, deve ficar a cargo das autoridades competentes. Demonstrados por meio de provas robustas os danos causados à classe dos trabalhadores, deve ser mantida a r. sentença, inclusive no tocante à indenização por danos morais coletivos, revertida corretamente em proveito do FAT.